

Lei de Polícia, Crime, Sentença e Tribunais no Reino Unido

O projeto de lei permite que os chefes de polícia imponham condições detalhadas aos protestos e às manifestações, tais como horários de início e fim, além de limites de ruído

Fiona Macauley
1º de abril de 2021

REPRODUÇÃO TV



Policiais do Reino Unido em ação

Pode parecer um momento estranho para introduzir uma nova e abrangente legislação sobre justiça criminal, enquanto o país ainda está sob a pandemia de Covid-19 e sentindo os primeiros impactos econômicos negativos do Brexit.

Entretanto, o governo conservador britânico sob o primeiro ministro Boris Johnson fez da aprovação da Lei de Polícia, Crime, Sentença e Tribunais (PCSC) uma de suas principais prioridades. A Lei PCSC procura fazer as primeiras grandes mudanças desde 2003 na Lei de Ordem Pública, de 1986, e é uma legislação muito extensa - 307 páginas.

Ela cobre uma ampla gama de questões de segurança comunitária, introduzindo medidas destinadas às vítimas de crimes, bem como para aqueles que cometem crimes. Entretanto, suas disposições se aplicarão apenas à Inglaterra e ao País de Gales, devido ao acordo de governança federal do Reino Unido.

A maior preocupação tem sido expressa sobre as propostas para lidar com manifestações, que parecem desnecessariamente draconianas e direcionadas a tipos muito específicos de protestos políticos, como protestos antirracistas e protestos ambientais, que bloqueiam estradas e impedem o desenvolvimento de infraestrutura.

Em junho de 2020, em meio ao primeiro confinamento do Reino Unido, [um evento de Black Lives Matter na cidade portuária de Bristol acabou com a multidão derrubando uma estátua de Edward Colson](#), um comerciante de escravos do século XVII. Isso explica a atenção desproporcional dada no projeto de lei aos "danos às estátuas", o que poderia atrair uma pena de prisão de até dez anos.

Em geral, o projeto de lei permite que os chefes de polícia imponham condições detalhadas aos protestos e às manifestações, tais como horários de início e fim e limites de ruído. Estes se aplicariam até mesmo a uma única pessoa que protestasse. Quebrar estas condições custaria aos indivíduos uma multa de até £2.500 (o que corresponde, hoje, a aproximadamente R\$ 20.000,00).

Os manifestantes também serão considerados como tendo cometido um crime se quebrarem as restrições que "deveriam" ter conhecimento, mesmo que não tenham recebido uma ordem direta de um oficial. Atualmente, os manifestantes podem alegar ignorância. A nova lei também estabelece uma linha muito tênue para que a polícia prenda os manifestantes.

Ela inclui uma nova ofensa de "intencionalmente ou imprudentemente causar incômodo público". Esta é uma resposta aos [protestos ambientais da Rebelião da Extinção do ano passado](#), e esta ofensa foi concebida para impedir que as pessoas ocupem espaços públicos, bloqueiem o tráfego, subam em árvores, cavem túneis ou utilizem outras táticas de protesto deste tipo. A linguagem usada na lei é alarmantemente vaga - os manifestantes podem ser presos por até dez anos por causarem "incômodo ou inconveniência grave".

Tem havido muitos protestos de organizações de direitos humanos e liberdades civis sobre estes aspectos do projeto de lei, argumentando que ele representa uma séria ameaça ao direito de protesto ao criminalizar os próprios métodos que permitem às pessoas expressarem efetivamente dissidência e insatisfação em uma sociedade democrática. Ele coloca o Reino Unido fora de cena em relação às normas internacionais de direitos humanos em torno da liberdade de expressão e de reunião.

Embora o projeto de lei dê à polícia poderes mais amplos, vários oficiais superiores da polícia também expressaram sua consternação com as implicações para o policiamento britânico que historicamente, tem sido baseado no "consentimento", com oficiais vistos como sendo "cidadãos de uniforme" que fazem parte de suas comunidades e não estão acima delas.

Isto implica no uso mínimo da força, negociação e respeito às liberdades civis. [Sir Peter Fahy, ex-Comissário Chefe da Polícia da Grande Manchester, criticou o governo pela velocidade com que se apressava a passar por propostas tão controversas](#). Michael Barton, ex-Comandante da Polícia de Durham, [foi mais longe em uma entrevista ao jornal The Guardian](#), advertindo que a lei moveria a Grã-Bretanha perigosamente em direção ao "policiamento paramilitar" e que os ministros britânicos estão "flexionando seus músculos através de suas forças policiais" como regimes repressivos em todo o mundo.

Há perigos para a legitimidade que a polícia britânica goza aos olhos do público quando parece estar restringindo as liberdades civis de grupos específicos. Nos anos 70 e 80, os sindicalistas que eram alvo. Os danos foram causados às relações comunitárias durante anos pelas táticas policiais pesadas empregadas contra os mineiros grevistas em meados dos anos 80, sob o governo de Margaret Thatcher.

Da mesma forma, a polícia metropolitana de Londres lutou para lidar efetivamente com o que foi identificado há duas décadas como "racismo estrutural" em suas fileiras. Esta semana, Martin Hewitt, presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia (NPCC), afirmou que a confiança na polícia nas comunidades negras era baixa e estava prejudicando a eficácia da aplicação da lei. Este projeto de lei corrói ainda mais a confiança remanescente ao permitir o policiamento agressivo de manifestações de "Black Lives Matters". Ele também dá à polícia novos poderes de Stop-and-search (revista e busca), e o dever de prevenir crimes com armas brancas, ligado ao mandato anti-terrorismo. O Stop-and-search foi, no passado, associado ao perfil racial e ao uso excessivo da abordagem contra grupos negros e minorias étnicas. O projeto de lei também criminaliza a transgressão como medida específica contra as comunidades andarilhos e ciganos, que se movimentam pelo país.

Na mesma linha, a resposta policial à vigília para marcar [o assassinato de Sarah Everard - por um policial em serviço](#) - enfureceu as mulheres em todo o país. Cenas de policiais algemando, arrastando e prendendo mulheres têm provocado perguntas sobre a resposta policial deficiente à violência contra as mulheres. Duas mulheres por semana, em média, são assassinadas por parceiros ou ex-parceiros, um número que não mudou em uma década. A taxa de condenação por estupros denunciados está agora em um nível mais baixo de todos os tempos - apenas 3%.

Em resumo, se este Projeto de Lei for aprovado em sua forma atual, é provável que corra alguns dos princípios mais importantes do policiamento britânico e da política democrática britânica, e falha em abordar alguns dos problemas estruturais que melhorariam a proteção de grupos sociais específicos.

Fiona Macauley

Professora no Departamento de Estudos pela Paz, na Universidade de Bradford, Inglaterra

